



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

15 de novembro de 2016

Energia para usar e vender / Santa Catarina / Fontes alternativas / Eletricidade / Energia elétrica / Agência Nacional de Energia Elétrica / Aneel / Energia solar / Placas fotovoltaicas / Celesc / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC / Marinha / Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas na América Latina / Ideal / ICMS / Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica / Absolar / Florianópolis / Sistema Fotovoltaico

SUA VIDA | FINANÇAS PESSOAIS

DIÁRIO CATARINENSE
TERÇA-FEIRA
15 DE NOVEMBRO DE 2016 20

ENERGIA PARA USAR E VENDER

SANTA CATARINA TEM o maior número de usuários de fontes alternativas de eletricidade no país em relação ao número de habitantes, mesmo sendo um dos únicos cinco Estados que não isentam esses consumidores de cobrança de ICMS

CRISTIAN WEISS
reportagem sobre Energia Alternativa em SC

A conta de energia elétrica de Oto Henrique Pinto despenca da faixa de R\$ 350 mensais para R\$ 50 desde agosto. A proeza do profissional autônomo de 28 anos, que mora com a esposa e os dois filhos em uma casa com dois quartos e dois banheiros no Campeche, em Florianópolis não é por acaso. A família aderiu à tendência já presente em outras 369 unidades consumidoras catarinenses: contar com uma fonte de energia alternativa.

Moradores como ele projetam Santa Catarina como o líder per capita no país na chamada mini e microrregião de energia elétrica distribuída, sistema em funcionamento desde 2012, quando a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) publicou a resolução 482, permitindo trocar créditos com a rede distribuidora caso o sistema instalado produza mais eletricidade do que for consumido. Em todo o país, são mais de 5 mil conexões. A Aneel prevê que até 2024 cerca de 1,2 milhão de unidades consumidoras passem a produzir a própria energia.

A família de Oto optou por desembolsar aproximadamente R\$ 20 mil para instalar a captação de energia solar. Com capacidade instantânea de 2 quilowatts, as placas fotovoltaicas implantadas no telhado captam os raios e os conduzem a um equipamento inversor da corrente. O fluxo é medido por um relógio especial – bidirecional – que registra a geração local e a eletricidade fornecida pela Celesc. Se o dia estiver ensolarado a residência vai consumir nas atividades domésticas praticamente apenas o que gerar.

A noite e em dias nublados ou chuvosos, os moradores recorrem à energia da distribuidora. No final do mês, o leitorista da companhia calcula a diferença entre o produzido, o excedente que foi disponibilizado na rede e o que precisou ser consumido dela. Se o saldo for positivo, Oto pagará somente a taxa mínima e terá créditos para descontar por até cinco anos nas tarifas futuras.

A gente fez um sistema para suprir toda a necessidade da casa em um ano inteiro. É um investimento de longo prazo. Como a casa é nossa, decidimos investir porque o sistema dura bastante tempo.

CRÉDITOS PODEM SER COMPARTILHADOS

O uso da energia solar como experiência não é novo no Estado. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) há mais de 15 anos realiza estudos com

o sistema e a Marinha mantém estruturas para iluminar faróis e construções nas ilhas que monitora. Como os equipamentos são importados, a falta de incentivos para o cidadão comum apostou no sistema o tornava elitista e isolado. De acordo com o presidente do Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas na América Latina (Ideal), Mauro Passos, o barateamento dos equipamentos e a resolução 482 ajudaram a derrubar o custo, já que dispensa o uso de baterias, permitindo a troca do excedente com a rede e a recorrer a ela quando o tempo não colabora.

Segundo o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, entre as vantagens desse sistema estão redução de perdas de energia e custo evitado de ampliação do sistema, além do ganho ambiental, pois são projetos totalmente sustentáveis.

Outro fator que contribuiu para o aumento da procura neste ano foi a atualização da norma, que permitiu o compartilhamento desses créditos em mais de uma unidade consumidora do mesmo titular. Por exemplo, o painel solar pode estar instalado na casa de praia ou no sítio, mas o desconto na tarifa vai beneficiar a residência onde a família mora o ano inteiro. Conforme Passos, a regra também permite a troca de créditos entre estabelecimentos comerciais do mesmo proprietário, além de um grupo de pessoas que podem adquirir o sistema, instalar na casa de uma delas e dividir proporcionalmente o lucro pelos créditos gerados. Pelo menos 43 unidades consumidoras no Estado estão nessa condição.

O comerciante aposentado Edio Seráfico Reus, 67 anos, instalou a captação da energia solar há três meses sobre um dos prédios que possui, em Sombrio, no Sul do Estado. Mas só neste mês a Celesc ativou o sistema, que é compartilhado com outro edifício de Reus e com a casa na praia de Balneário Gaivota. O aposentado agora está na expectativa pela primeira fatura com descontos nos três endereços.

No bairro Estação, em Acurra, no Vale do Itajaí, o bancário Odair Domingos Moser, 53, instalou sistema similar há dois anos para abater a tarifa também na casa de praia em Penha. Além disso, implantou o aquecimento da água com energia solar para economizar ainda mais. Desde então, cerca de R\$ 4,5 mil já foram poupados nas tarifas – 15% do que investiu na instalação da estrutura.

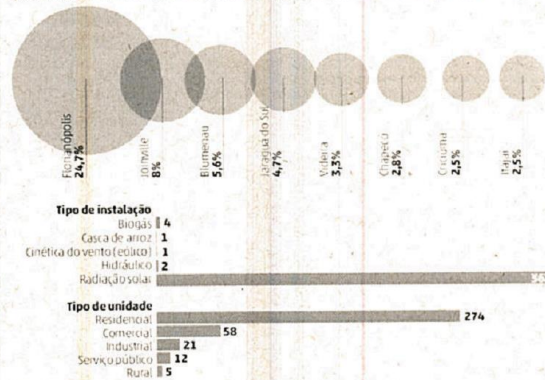
– Optei por dois motivos: o custo da energia, que estava subindo na época, e para colaborar com a natureza. Muitas vezes se gasta R\$ 100 mil para comprar um carro, mas se investe em energia solar faria duas economias: no carro e na conta de energia – avalia Moser.



Oto Henrique Pinto tem economizado R\$ 300 por mês com a conta de luz desde que implantou o sistema

ENERGIA ALTERNATIVA EM SC

Quantidade de unidades consumidoras que usam energia alternativa desde a aprovação da lei



Usuários lamentam falta de políticas de incentivo

As novas possibilidades para quem tem mais de um imóvel fizeram o número de novas instalações de fontes alternativas com troca de carga com a rede aumentar em 148% entre os 12 meses de 2015 e os 11 primeiros meses deste ano em Santa Catarina. Na comparação entre janeiro e novembro dos dois anos, o crescimento é de 228%.

A grande crítica dos usuários é ao fato do governo do Estado cobrar ICMS na fatura, mesmo de quem gerou toda a energia que consome. Segundo a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), 21 Estados e o Distrito Federal já isentaram o tributo por meio de decretos como forma de incentivar

a popularização do sistema. A família de Odair Moser critica a postura do Estado ao cobrar o imposto, pelo fato de não ter lucro com a energia que gera.

O presidente do Instituto Ideal, Mauro Passos, afirma que o usuário catarinense que adere ao sistema alternativo está tendo custo a mais do que aqueles em que os Estados isentaram. Além disso, se não houver incentivos, investidores em sistemas de energias renováveis, como a solar e a eólica, não se sentem atraídos.

— O crescimento que houve em Santa Catarina tem a ver com a cultura da população. Não foi nem o sol que temos aqui, nem o vento. Esse

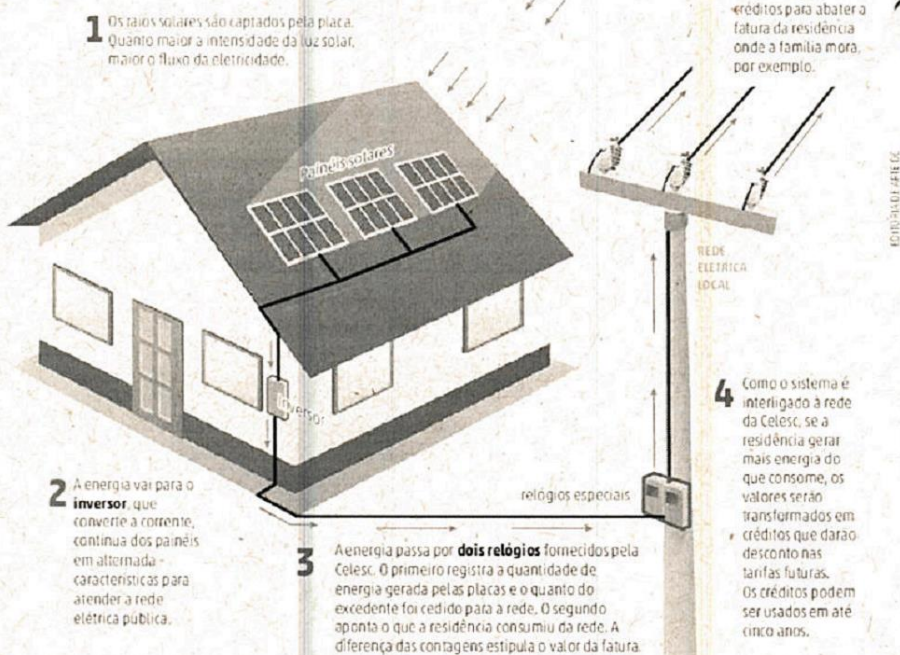
quadro que nos é favorável nas energias renováveis não foi resultado de política pública — critica.

A Secretaria de Estado da Fazenda afirma que estudos do Grupo Especialista em Energia Elétrica da pasta apontam que aderir à isenção terá impacto de R\$ 30 milhões por ano na arrecadação. “É importante destacar que a desoneração não atenderia a maioria da população, uma vez que o investimento para a compra de um gerador é relativamente alto”, diz em nota a secretaria.

A energia é a segunda maior fonte de arrecadação do Estado e corresponde a 16% do total em impostos, atrás somente dos combustíveis.

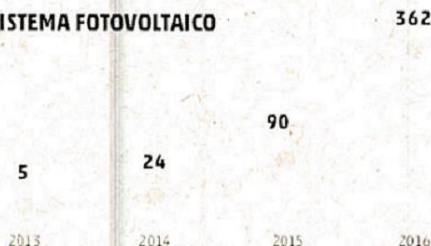
COMO FUNCIONA

A Celesc é a quarta distribuidora do país com mais usuários que aderiram aos sistemas alternativos. Os catarinenses respondem por 10,5% dos sistemas instalados em todo o país. Proporcionalmente ao número de habitantes, o Estado é o primeiro com mais usuários per capita.



CRESCIMENTO DO SISTEMA FOTOVOLTAICO

Desde que a Aneel editou a Resolução 482 em 2012, que permitiu o consumidor obter créditos pela energia, a procura pelo sistema cresceu em SC e no país. Confira.



⚠ Não há baterias para armazenamento de energia, o que barateia o sistema. O usuário, no entanto, deverá pagar uma taxa mensal à Celesc por estar conectado a rede e depender dela quando não houver sol ou a geração de eletricidade for insuficiente.

Crescimento de tendência é desafiador para Celesc

Das 370 instalações alternativas em Santa Catarina que integram o sistema de geração distribuída, 97,8% são de energia solar, segundo a Aneel. Florianópolis é a cidade com maior número de adeptos dessa modalidade: 88, o equivalente a 25% do Estado. Atrás vêm Joinville (8%), Blumenau (5,6%) e Jaraguá do Sul (4,7%).

Segundo o presidente do Instituto Ideal, Mauro Passos, a captação de energia solar é a fonte alternativa mais adequada para residências em áreas urbanas, porque é limpa e sem ruído, utiliza áreas normalmente subaproveitadas, como o telhado das casas, e dificilmente sofrerá impactos externos que impeçam o funcionamento, como a falta de ventos, por exemplo, no caso da eólica.

Para a Celesc, companhia à qual estão atrelados 92% das unidades consumidoras com energia renovável em SC, o crescimento dessa tendência representa desafios, conforme explica o engenheiro elétrico da companhia, Thiago de Oliveira Cassel. O despejo da eletricidade excedente na rede gerada pelas residências causa dificuldades no planejamento técnico, porque pode haver oscilação de carga e tensão, já que momentos do dia sem sol, por exemplo, são suficientes para fazer a residência que se abastece da energia solar consumir por instantes a da rede até que as placas voltem a absorver os raios. Essa oscilação, afirma Cassel, pode mascarar a sobrecarga do sistema no futuro, pois não há como precisar de forma permanente qual o volume de eletricidade gerado pelas residências pode ser compartilhado com a rede.

Além disso, usuários do sistema de energia distribuída relatam problemas recorrentes na medição da eletricidade consumida e gerada, pois os leituristas ainda não estão acostumados a interpretar os relógios bidirecionais. A Celesc diz que são casos pontuais e que tem trabalhado para qualificar os profissionais.

COMO ADERIR AO SISTEMA

- Deve-se primeiro procurar um profissional da área para fazer um projeto de instalação do sistema fotovoltaico. No site da organização América do Sol há uma lista de profissionais habilitados (www.americadosol.org/funcionarios).
- Em seguida, é necessário pedir liberação à concessionária de energia para instalar o sistema. É preciso indicar um responsável técnico pelo projeto. A concessionária vai analisar a capacidade do sistema e liberar, se estiver tudo correto, ou indicar obras necessárias.
- Após fazer a instalação do sistema, o consumidor deve pedir a vistoria. Se todas as etapas forem cumpridas, a companhia troca o medidor pelo modelo bidirecional. O processo pode levar até 120 dias, segundo a Celesc.
- Segundo a Aneel, a partir de janeiro consumidores poderão fazer a solicitação e acompanhar o andamento do pedido pela internet.

O QUE DIZ A RESOLUÇÃO 482 DA ANEEL

- Geração na própria unidade consumidora: quando a residência se beneficia da energia gerada no próprio terreno e dos créditos na fatura, com o despejo do excedente na rede da concessionária.
- Autoconsumo remoto: quando outro imóvel, do mesmo titular, também se beneficia dos créditos obtidos.
- Geração compartilhada: quando vários interessados se unem em consórcio ou cooperativa para instalar micro ou minigeração e usar a energia para reduzir as faturas.
- Empreendimentos de múltiplas unidades: instalação de geração distribuída em condomínios, onde a energia gerada pode ser repartida entre os moradores.

FONTES: INSTITUTO IDEAL, AMÉRICA DO SOL E CELESC

Diário Catarinense
Moacir Pereira

“Ocupação UFSC”

Ocupação UFSC / Departamento de Jornalismo / UFSC / Maria José Baldessar / Invasões / Concurso público / Ocupa CCE

OCUPAÇÃO UFSC

Da Chefe do Departamento de Jornalismo da UFSC, professora Maria José Baldessar, sobre invasões na UFSC: “O Departamento de Jornalismo não está ocupado por causa de dois concursos públicos que estão em andamento e que não podem ser cancelados e pelo entendimento de todos - inclusive dos alunos - da necessidade de preservação dos nossos laboratórios até que uma reunião de colegiado de departamento analise a situação.” Destaca que “houve maturidade e responsabilidade dos alunos do Ocupa CCE sobre manutenção do silêncio”.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.